

## **BUSCANDO UMA NOVA TERMINOLOGIA DE NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS (NEEs) NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM ESTUDO PRELIMINAR**

Elvis Lopes Vasconcelos (1); Ana Cristina Silva Soares (4)

*Universidade Estadual Vale do Acaraú, elviszacky@hotmail.com (1); Universidade Estadual Vale do Acaraú, acsilvasoares@gmail.com (4)*

### **RESUMO**

Este trabalho versa sobre o entendimento do tema “Necessidades Educacionais Especiais” (NEE), focando a perspectiva da terminologia no âmbito da Educação Inclusiva. Este trabalho é um estudo preliminar sobre inclusão e acessibilidade de alunos com deficiência no ensino superior na cidade de Sobral, no Ceará, o qual faz parte do “Grupo de Pesquisas e Estudos sobre inclusão, acessibilidade, deficiências e práticas pedagógicas”, vinculado ao Curso de Pedagogia, da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). O objetivo deste trabalho é apresentar e discutir sobre o conceito de Necessidades Educacionais Especiais (NEEs) no âmbito da Educação Inclusiva e suas terminologias, trazendo reflexões para uma nova nomenclatura e a sua relevância no campo sócio-educacional. A questão da terminologia para NEEs suscita uma reflexão mais complexa do que parece ser, porque implica culturalmente na estruturação de um termo que carrega historicamente atos tidos como preconceituosos e discriminatórios. O referencial teórico deste trabalho baseia-se nos seguintes autores: Mantoan (2003), Mittler (2003), Magalhães (2003), Correia (1999), Amaral (1998) entre outros, e os documentos oficiais: Brasil (2008) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2010). A Metodologia desenvolvida é baseada na pesquisa de cunho exploratório, recorrendo à análise de artigos científicos, literatura especializada na área de Educação Especial e Educação Inclusiva e sites de busca. Para análise dos dados coletados optamos pela proposta de Laurence Bardin (2009), análise de conteúdo, que trabalha os dados, através da interpretação dos discursos dos textos e da possibilidade da busca do sentido, seja explícito ou latente. Por meio deste trabalho exploratório, procurou-se demonstrar questões relacionadas a uma nova terminologia das Necessidades Educacionais Especiais (NEE) e em conjunto com a Educação Inclusiva. Os nossos resultados evidenciaram que existem divergências na forma de conceituar as ‘Necessidades Educacionais Especiais’ ao longo da história e nos modelos propostos pela sociedade. Portanto, para a educação inclusiva é necessária que ao mesmo tempo em que precisa de novos estudos sobre a formação de professores, surgimento de discriminações, revisões do conceito de deficiência, precisa superar o modelo médico de deficiência. Para concluir, os estudos no caso, de professores e profissionais nessa área devem empenhar-se para modificar e auxiliar os seus alunos (graduandos) para uma reflexão histórica de fracassos escolares desses alunos, estabelecendo um entendimento apurado desse problema.

**Palavras-chave:** Necessidades Educacionais Especiais, Educação Inclusiva, Política Educacional, Educação Especial.

### **INTRODUÇÃO**

Este trabalho é resultado de um estudo preliminar sobre inclusão e acessibilidade de alunos com deficiência no ensino superior na cidade de Sobral, Ceará, e faz parte de um projeto do “Grupo

de Pesquisas e Estudos sobre Inclusão, Acessibilidade, Deficiências e Práticas Pedagógicas”, vinculado ao Curso de Pedagogia, da Universidade Estadual Vale do Acaraú, que tem por objetivo realizar uma investigação sobre a educação inclusiva em uma universidade pública deste município.

O objetivo deste trabalho é apresentar e discutir sobre o conceito de Necessidades Educacionais Especiais (NEEs) no âmbito da Educação Inclusiva e suas terminologias, trazendo reflexões para uma nova nomenclatura e a sua relevância no campo sócio-educacional.

No último Censo Populacional, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2010, observou-se que 23,9% da população do país representando pelo número de 45.623.910 milhões de pessoas que possuem algum tipo de deficiência sejam física, visual, auditiva, intelectual ou múltipla, salientando que a população do país representa 190.755.799 milhões de pessoas (100%) (IBGE, 2010). Desse modo, é necessário verificar que os dados sobre o número de pessoas com algum tipo de deficiência no país retratam uma dimensão significativa para o olhar da pessoa com deficiência, bem como emerge reflexões sobre a terminologia que caracteriza as pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), o que realmente representa esta terminologia? É preciso, considerarmos, a dimensão política, social e cultural de um sistema de ensino inclusivo que busca minimizar atitudes preconceituosas e discriminatórias, que ainda paira em nossa sociedade, do Século XXI de modo velado e sutil. Ao longo dos tempos surgiram ideias para uma concepção patológica da deficiência, ou seja, a pessoa com deficiência precisava ser “tratada” por uma perspectiva terapêutica, médica; isso possivelmente, despertou algumas atitudes preconceituosas e discriminatórias.

A questão da terminologia para NEEs pressupõe uma reflexão mais complexa. Desse modo, implica culturalmente na estruturação de um termo que carrega historicamente atos tidos como preconceituosos, pois não se pronunciando de maneira correta, pode implicar em atos discriminatórios. Quando uma pessoa se refere a uma pessoa com deficiência, como sendo inferior aos demais, por exemplo, em breves descrições linguísticas da deficiência, carrega um discurso carregado de doença e/ou discriminação, cheio de termos tais como: “nanico”, “surdinho”, “excepcional”, “doido”, “mudo”, “retardado”, “doentinho” entre outras denominações; Ainda incluímos também “portador” de deficiência, que representa uma pessoa com deficiência. Isso pode gerar atitudes de possível desprezo por alguém, por causa de sua condição, tornando-a como defeituoso ou algo diferente, na qual sua característica ‘diferente’ é mais notada do que a sua

própria identidade, direta ou indiretamente resultará em atos preconceituosos com a pessoa em questão, ou seja, ato de discriminação.

Amaral (1998, p. 15) retrata que “[...] devemos reconhecer que normalidade e anormalidade existem, mas o que efetivamente interessa na experiência do cotidiano é problematizar os parâmetros que definem tanto uma como outra”. A autora explica que não depende dos termos, mas sim o que definimos na sociedade o que é considerado normal, e inverso disto o anormal. Pois, são correntes e pensamentos carregados historicamente preconceituosos, que formam este pensamento da diferença, se tornando como algo ruim. Fazendo necessário construir um mundo sob bases de uma inclusão necessária para todos, tanto social como educacional, pois é na infância, nas interações professor-aluno, pais-filhos e na sociedade, que se constrói este entendimento e esta visão de diferença ao seu cotidiano. Então, partindo de um ponto de vista educacional, é necessitada uma nova terminologia para Necessidades Educacionais Especiais, e quem sabe, não apenas uma definição, mas sim um entendimento melhor sobre esta perspectiva de conhecimento dentro da Educação Inclusiva.

Em 2008, o Governo Federal do Brasil assume um papel relevante com a divulgação da proposta da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, defendendo a inclusão como uma ação política, social, pedagógica e cultural. Neste campo, surge a cobrança pela inclusão de alunos com deficiência em sistemas de ensino regular. Tal proposta determina a garantia do direito de todos os alunos compartilharem do mesmo sistema de ensino, sem nenhuma forma de discriminação, e assumindo “a concepção dos direitos humanos articulados à igualdade e à diferença como um valor indissociável” (BRASIL, 2008).

O referencial teórico deste trabalho baseia-se nos seguintes autores: Mantoan (2003), Mittler (2003), Magalhães (2003), Correia (1999), Amaral (1998) entre outros, e os documentos oficiais: Brasil (2008) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2010).

## **METODOLOGIA**

Este estudo apresenta um resultado preliminar de uma pesquisa sobre inclusão e acessibilidade de alunos com deficiência no ensino superior na cidade de Sobral, Ceará, cujo objetivo deste trabalho foi analisar uma nova terminologia para ‘Necessidades Educacionais Especiais’ no âmbito da Educação Inclusiva.

Este trabalho faz parte de um PROJETO DE PESQUISA do “Grupo de Pesquisas e Estudos sobre Inclusão, Acessibilidade, Deficiências e Práticas Pedagógicas”, vinculado ao Curso de Pedagogia, da Universidade Estadual Vale do Acaraú, que tem por objetivo realizar uma investigação sobre a educação inclusiva em uma universidade pública e em escolas públicas deste município.

Para desenvolver um trabalho de cunho exploratório, que “(...) tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”. (GIL, 2009, p. 41). Para isso, recorremos a artigos científicos, literatura especializada na área de Educação Especial e Educação Inclusiva e sites de busca. Esses instrumentos permitiram-nos identificar os conteúdos analisados em duas categorias: Terminologia Necessidades Educacionais Especiais e Contexto da Educação Inclusiva,

Para análise dos dados coletados optamos pela proposta de Laurence Bardin (2009), a análise de conteúdo, em que trabalha os dados, através da interpretação dos textos e da possibilidade da busca do sentido, seja explícito ou latente. Esta técnica permite que tiremos partido do tratamento das mensagens contidos nos textos e da manipulação do teor da mensagem para deduzir de maneira lógica sobre o conhecimento emitido na mensagem ou sobre o seu meio.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Para análise dos resultados foram organizadas duas categorias: terminologia Necessidades Educacionais Especiais (NEEs) e o contexto da Educação Inclusiva, e discutida à luz da literatura do tema.

Na categoria, terminologia das Necessidades Educacionais Especiais (NEEs), a literatura mostrou diferentes terminologias, tais como: alunos que apresentam elevada capacidade ou dificuldade de aprendizagem; “portadores” de alguma deficiência; alunos que passam a ser especiais quando exigem respostas específicas adequadas para responder a dificuldades individuais. As NEEs apresentam impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial. Segundo Magalhães (2003) alunos com dificuldades de aprendizagem, problemas de comportamento, deficiência física sensorial (cegos, surdos e surdo-cegos), deficiência física não sensorial (paralisia cerebral, por exemplo), deficiências múltiplas são presentes

no campo da educação. Dessa forma, o paradigma da educação inclusiva almeja superar preconceitos e barreiras atitudinais por meio da inclusão social das pessoas com deficiência.

Nota-se através de uma breve história, sobre o conceito necessidades educacionais especiais, passou a ser conhecido mundialmente, em 1950 a partir da formulação do Relatório Warnock, o qual foi apresentado ao parlamento do Reino Unido, pela Secretaria de Estado para a Educação e Ciência e Secretarias do Estado para a Escócia e para o País de Gales. Este relatório foi o resultado do primeiro comitê britânico constituído para reavaliar o atendimento as pessoas com deficiência, sendo presidido por Mary Warnock. As conclusões do relatório demonstraram que 20% (vinte por cento) das crianças apresentam NEEs em algum período da sua vida escolar e a proposição do conceito de Necessidades Educacionais Especiais passa a ser considerada (WARNOCK *apud* MEIRELES; IZQUIERDO; SANTOS, 2007, p.179).

Contudo, em 1978, o Relatório Warnock (Warnock Report) elaborado pelo Comitê de Investigação, presidido por Helen Mary Warnock, propõe que se abandone o paradigma médico (classificação pela deficiência) e que se adote o paradigma educativo (identificação, descrição e avaliação das necessidades educativas especiais), de forma a garantir sucesso e uma plena integração em escolas regulares (MEIRELES; IZQUIERDO; SANTOS, 2007).

Mittler (2003, p. 31) questiona o termo NEE e expõe que “[...] tal terminologia pode ser considerado tão inaceitável quanto à linguagem sexista ou racista, que cria estereótipos baseados na ideia das características comuns vinculadas a um rótulo”. O autor apresenta preocupação com o termo, evidencia a necessidade de mudança, por ser inapropriado por se trabalhar na direção de um sistema educacional inclusivo.

A terminologia “Necessidades Educacionais Especiais” vem sobrevivendo a um tempo considerável, porque não é fácil encontrar outro termo mais aceitável, na qual poderíamos incorporá-lo na legislação, na política. Para Mittler (2003, p. 33) “é lamentável que ainda não tenha sido possível dar um novo nome aos coordenadores de apoio à aprendizagem.” Pois, enquanto o tempo vai passando, vai se construindo um hábito, ou em grande escala uma “cultura” de termos relativos a uma definição, que possa ser mais correta sobre este termo, e com isso vai se criando rótulos concretos e difíceis de serem quebrados, depois de certo tempo.

Para Mittler (2003, p.32) o uso continuado da palavra “especial” não é apenas um anacronismo, mas é algo que representa discriminação. Isto é, crianças são consideradas especiais

apenas porque o sistema educacional não responde as suas necessidades. Segundo o autor, o desafio da inclusão é a reestruturação do sistema para que possa responder as necessidades especiais de todos. Por isso, a busca de uma reformulação do termo que impeça a rotulação das crianças.

A busca por um conceito individualizado dessa terminologia partindo do entendimento de que se necessita urgentemente uma nova definição, sendo a partir de um ponto de vista discriminatório e preconceituoso, sempre haverá esta cultura enraizada em nossa civilização, contra à “diferença” particular de cada indivíduo, buscando sempre um padrão na sociedade, taxado por rótulos e mais rótulos, empobrecendo as diferenças de cada ser humano, na qual vai acabar sendo algo rotineiro e mecanizado em gestos e suposições que todos vão pensar sempre da mesma forma e ao mesmo tempo.

Para o entendimento da questão da terminologia das NEEs, Mittler (2003) cita o trabalho de Norwich (1996) estabelecendo uma distinção entre necessidades especiais, excepcionais e comuns, conforme destacadas a seguir:

- as necessidades individuais emergem das características que são únicas para a criança e diferente para todas as outras;
- as necessidades excepcionais emergem das características compartilhadas por alguns (impedimentos visuais, altas habilidades musicais);
- as necessidades comuns emergem a partir de características compartilhadas por todos (as necessidades emocionais de pertencer e de se sentir na relação). (*apud* MITTLER, 2003. p. 33)

Para a análise do contexto da Educação Inclusiva, recorreremos aos pesquisadores norte-americanos Karagiannis, Stainback e Stainback (1999, p. 21), que discutem os fundamentos do ensino inclusivo, englobando uma concepção que contempla uma visão ampla de educação: “[...] o ensino inclusivo é a prática da inclusão de todos – independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou origem cultural – em escolas e sala de aulas provedoras, onde todas as necessidades dos alunos são satisfeitas.”

Tal concepção acolhe a todos os alunos, considerando as diferenças que podem favorecer o ensino inclusivo e sinalizando a possibilidade de se eliminar à exclusão.

De acordo com Correia (1999) o conceito de necessidades educativas especiais (NEE), surge de uma evolução nos conceitos que se usavam, quer fossem de cariz social ou educacional. Sendo de cunho social, construído socialmente e culturalmente, foram surgindo essas terminologias, que expressaram uma definição rápida de uma questão demorada. Isto é, a ideia do conceito de



deficiência construído socialmente. Para o cariz educacional, se conecta a escola, o centro institucional que se responsabilizará por essa construção de conhecimento. Na qual se faz conexão direta a Educação Inclusiva, que propõe uma transformação de uma sociedade exclusiva para uma inclusiva, sendo um processo que amplia a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular. Tratando-se de uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas de modo que respondam à diversidade dos alunos. Tendo como objetivo a inserção social de todos, correspondendo a várias dimensões humanas, sociais e políticas. Sendo assim a necessidade da nova terminologia foi encontrada agora dentro do âmbito escolar.

Mittler (2003) menciona o trabalho de Corbett (1996), o qual sugere que o uso da palavra “necessidades” envia-nos sinais de dependência, inadequação, e falta de valor. Sendo vinculado na palavra um conceito de “urgência”, “dificuldade”, onde se desconecta do pensamento independente da pessoa, que por fim descreve como qualidade do que é necessário (CORBETT, 1996 *apud* MITTLER, 2003).

No termo especial, que no caso é algo não geral, único, que diz respeito a uma coisa ou uma pessoa diferente, sendo de cunho individual e particular. Identificamos o pensamento do estereótipo, pois já vem vinculado ‘Especial’ como alguém que é totalmente diferente, fora do padrão da sociedade, que se torna anormal, onde se tem vários entendimentos preconceituosos em primeiro caso, para que no segundo caso venha um entendimento de ser vivo, que independente de suas particularidades ou aparentemente diferente, todos somos iguais, tornando o termo: “Ser diferente é normal”. Aqui tratado pelo conceito de politicamente correto, definido por Mittler (2003, p. 32) como “uso de palavras que criam ou mantêm um modo de pensar que perpetua a segregação exatamente em um momento em que estamos falando sobre mover-se em direção a sistemas educacionais mais inclusivos e sobre uma sociedade mais inclusiva”.

Para Mantoan (2003, p.32) a inclusão “é produto de uma educação plural, democrática e transgressora”. Ela provoca uma crise escolar, ou melhor, uma crise de identidade institucional que por sua vez abala a identidade do professor e do aluno.

A inclusão tem em sua base a ideia de oferecer, em um sistema regular de ensino, uma educação de qualidade para TODOS, em equidade de condições e possibilidades. Essa ideia surgiu a partir da observação de que todas as crianças devem aprender e frequentar as mesmas escolas, com igualdade de oportunidades, em consonância as suas necessidades educacionais específicas.

Mittler (2003) considera o contexto social e as transformações das escolas a partir da realidade da Inglaterra. Explica que esse contexto social, cada grupo, em particular, adota valores e crenças, as quais também surgem no campo da educação. O autor explica que a inclusão envolve uma transformação das escolas, conforme afirma:

No campo da educação, a inclusão envolve um processo de reforma e de reestruturação de escolas, como um todo, com o objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a todas as gamas de oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola (MITTLER, 2003, p. 25).

Essa afirmação evidencia a necessidade de reestruturar as escolas para garantir o acesso e a participação de todos os alunos a todas as oportunidades educacionais e sociais na instituição. Ainda de acordo com esse autor, a participação dos alunos em sala de aula pode contribuir para que todos os alunos, com ou sem deficiência, adquiram habilidades para o trabalho e para a vida em comunidade. Segundo Mittler (2003) a inclusão é uma política que pode ser planejada para beneficiar a todos os alunos, incluindo aqueles pertencentes a minorias linguísticas e étnicas, assim como aqueles com deficiência ou com dificuldades de aprendizagem, os que se ausentam constantemente das aulas e outros que estão sob o risco de exclusão, em qualquer sistema de ensino.

## **CONCLUSÃO**

Por meio deste trabalho exploratório, procurou-se demonstrar questões relacionadas a uma nova terminologia das Necessidades Educacionais Especiais (NEE) e em conjunto com a Educação Inclusiva. Os nossos resultados evidenciaram que existem divergências na forma de conceituar as ‘Necessidades Educacionais Especiais’ ao longo da história e nos modelos propostos pela sociedade. Portanto, para a educação inclusiva é necessária que ao mesmo tempo em que precisa de novos estudos sobre a formação de professores, surgimento de discriminações, revisões do conceito de deficiência, precisa superar o modelo médico de deficiência. No âmbito educacional, a inclusão busca para promover a aprendizagem e a participação dos alunos com a mesma condição, sendo necessitado assumir essa responsabilidade, mesmo que a escola se encontre despreparada. Contudo, este trabalho possibilitou alcançarmos um entendimento preliminar sobre a problemática da terminologia NEEs, nos provocou a desenvolver ainda mais sobre reflexões e discussões sobre este



tema. Assim, inspirando a nos olhares e percepções que possamos ir atrás para encontrar uma nova maneira de pesquisar e buscar futuramente novos estudos e produzir outros trabalhos.

Como resultado, do comprometimento pelo paradigma da educação inclusiva, ainda requer mais estudos e investigações sobre a compreensão das terminologias acerca da NEEs. Daremos continuidade aos estudos sobre a Educação Inclusiva, proporcionando um entendimento do termo de NEEs, fomentando a ir além deste entendimento. Dessa forma, é uma forte evidência a mudança da terminologia, por isso a continuidade para buscarmos novas reflexões, como ênfase na educação, política educacional e condições das escolas, e na crença que todas as pessoas nascem iguais, independente de suas características, embora os rótulos estejam empregados, devemos continuar estudos para entendermos a criação cultural.

Como o objetivo deste trabalho foi apresentar e discutir o conceito de Necessidades Educacionais Especiais (NEE) no âmbito da Educação Inclusiva; portanto, entender como a política educacional antecede essas questões em sua legislação, de modo a obter o esclarecimento e encaminhamento sócio-político da realidade vigente.

Para finalizar, continuaremos a reflexão sobre essa problemática educacional, considerando as dificuldades no que se refere à adequada elaboração de recursos para estudos dessa natureza, pois sendo uma modalidade de estudo com casos individuais, começa-se a ser discutido e estudado atualmente, sendo assim professores e profissionais nessa área devem empenhar-se para modificar e auxiliar os seus alunos (graduandos) para uma reflexão histórica de fracassos escolares desses alunos, estabelecendo um entendimento apurado desse problema.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, L.A. Sobre crocodilos e avestruzes: falando de diferenças físicas, preconceitos e sua superação. In: AQUINO, J. G. (org). **Diferenças e preconceito na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Sumuus, 1998.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 948/2007. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008.

CORBETT, J. Bad-mouthing: The language of Special Needs. London: Falmer Press, 1996. In: MITTLER, P. **Educação Inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

CORREIA, L. M. **Alunos com necessidades educativas especiais nas classes regulares.** Porto, Portugal: Porto, 1999.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 4ª ed. 12 reimpressão. São Paulo: Atlas, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2010. **Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência.** Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: . Acesso em: set. 2017.

KARAGIANNIS, A.; STAINBACK, W.; STAINBACK, S. Fundamentos do Ensino Inclusivo. In: STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores.** Porto Alegre: Artmed, 1999.

MAGALHÃES, R. C. B. **Reflexões sobre a diferença: uma introdução à educação especial.** Fortaleza: Demócrito Rocha, 2003.

MANTOAN, M.T.E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MEIRELES, C.; IZQUIERDO, T.; SANTOS, C. **Educação para todos e sucesso de cada um: do Relatório Warnock à Declaração de Salamanca.** In: SOUSA, J. M. (Org). Actas do IX Congresso da SPCE: Educação para o sucesso: políticas e actores. Vol. 2. Universidade da Madeira, Porto: 26 a 28 de abril de 2007.

MITTLER, P. **Educação Inclusiva: contextos sociais.** Porto Alegre: Artmed, 2003.

NORWICH, B. Special needs education or education for all: connective specialisation and ideological impurity. *British Journal of Special Education*, 1996. In: MITTLER, P. **Educação Inclusiva: contextos sociais.** Porto Alegre: Artmed, 2003.

